

Os bacharéis e o Império: identidades.

Carlos Eduardo Dias Souza*

Resumo:

Dentre os projetos do Império para formação e consolidação do Brasil, o ensino foi um dos lugares privilegiados desta prática. No ensino secundário, o Colégio Pedro II (espécie de “padrão ideal” a ser reproduzido pelas províncias) formava seus alunos com forte base humanista, que já deixava transparecer seus objetivos: reproduzir a “boa sociedade” imperial através de seus “Bacharéis em Ciências e Letras”. No ensino superior essa formação era consolidada basicamente com magistrados na primeira metade do oitocentos, e com médicos a partir da década de 1860. Pretendemos analisar as identidades formadas entre os bacharéis do Colégio Pedro II, os futuros médicos e ex-alunos do colégio e o governo imperial a partir da década de 1860.

Palavras-chave:

Colégio Pedro II; Medicina social; século XIX.

Abstract:

Between the projects of the Empire to consolidate its power in Brazil, education was one of the points of this practice. In secondary education, Colégio Pedro II (kind of “ideal standard”) educated its students with a strong humanistic basis, also making clear its objectives: reproduce the imperial “boa sociedade” (the members of the elite that time) through the graduated, called “Bacharéis em Ciências e Letras”. In the higher education this formation was consolidated with magistrates until half of the 19th, and with doctors in medicine after the 1860s. The analyze here intends to understand the identities created between Colégio Pedro II graduates, the future doctors and former students of that school and the imperial government after the 1860s.

* Mestrando em História Social da Cultura na PUC-Rio, bolsista da CAPES.

2

Key-words:

Colégio Pedro II; Social medicine; XIX century.

Criado em 1837, o Colégio Pedro II nasce em um momento de intensas discussões sobre a formação do Estado imperial. Nesse sentido, as idéias que se fazem presente em sua concepção, bem como na concepção do ensino em geral, visavam dar um tom “centralizador” e até certo ponto “doutrinador” às instituições educacionais criadas no período.

No ensino secundário só chegariam os filhos da “boa sociedade”, que assim poderia ser reproduzida, uma vez que sua organização em tudo a favorecia: ensino baseado nas humanidades, tendo como foco o estudo de línguas, geografia e história (principalmente nacionais) e, também, retórica e oratória – essencial para os futuros burocratas da nação.

Desta forma, reformas que são propostas adiante visavam em geral consolidar o papel do colégio enquanto reproduzidor dessa elite, garantindo aos quadros burocráticos imperiais funcionários já treinados para suas futuras funções. Instituição-modelo para outros colégios do mesmo nível pelo país, buscava-se da mesma forma que os mesmos garantissem essa mesma formação burocrática e controlada aos futuros funcionários provinciais. Ensino também doutrinador.

Assim, a Reforma Couto Ferraz de 1854 visava tornar mais rígida e controlada a organização do ensino no Colégio Pedro II. O número de futuros burocratas imperiais permanece alta, mas após essa reforma aumenta significativamente o número de outros profissionais, não necessariamente ligados à burocracia: são os médicos. Havia, todavia, uma discussão intensa entre os burocratas imperiais sobre as formas de garantir o progresso e a civilização ao Império, onde as formas de melhor organizar a sociedade passavam pelo aval da medicina higienista. Medicina que compartilha os mesmos ideais de ordem e civilização desejados pelo governo imperial.

1) O Colégio Pedro II e a reprodução da “boa sociedade” imperial.

“Destarte o Colégio de Pedro 2º, pode-se tornar um estabelecimento aonde não só se forma a mocidade, para entrar nas academias, mas também um estabelecimento aonde o Governo achará empregados públicos, e professores para o ensino em geral, dos quais muito se precisa”
Barão de Hulmer, professor do Colégio Pedro II em 1852 (Série Educação – Ensino Secundário, IE4-34, 1852).

Criado em 1837 como um “padrão ideal” para os colégios secundários do Império, o Imperial Colégio de Pedro Segundo foi montado a partir das estruturas do antigo Seminário de São Joaquim, assumido pelo governo Imperial em 1831. O colégio deveria ser um lugar “onde a mocidade se preparasse de modo completo no estudo das humanidades” (Série Educação – Ensino Secundário, IE4-34, 1852). Até então, as “aulas maiores” estavam espalhadas sem qualquer inspeção. Parte da estrutura do antigo Seminário foi mantida, como a sede física, além de medidas administrativas.

A data de dois de Dezembro – simbólica, pois era o dia do aniversário de Dom Pedro II – foi escolhida como data de fundação do colégio. No Decreto de criação do Colégio, da mesma data, estavam implícitos os objetivos de sua criação:

“Art. 1. - O Seminário de São Joaquim é convertido em colégio de instrução secundária.
Art. 2 - Este colégio é denominado Colégio de Pedro II.
Art. 3 - Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa, inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, álgebra, geometria e astronomia” (Anuário do Colégio Pedro II, 1914: 43)

Na data de início das atividades do Colégio, em 25 de Março de 1838, estiveram presentes, além de várias autoridades imperiais, todos os Ministros de Estado – dentre eles Bernardo Pereira de Vasconcelos, o idealizador do projeto de criação do Colégio – além do próprio Imperador, ainda menor, e sua

4

família¹. Desde sua criação o colégio esteve envolto de figuras, mostrando bem o papel de destaque que o mesmo teria até os anos finais do Império.

Vasconcelos fora, aliás, figura decisiva para que o colégio alcançasse o sucesso desejado. A maioria das propostas apresentadas até então apenas sugeriam reunir as aulas em um único estabelecimento. Vasconcelos, no entanto, queria um modelo, uma instituição padrão. Segundo ele:

“Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprova” (HAIDAR, 1972: 99).

Uma dura crítica à desorganização do ensino, que estaria à mercê de “especuladores astutos, é um dos pontos levantados por Vasconcelos no sentido de justificar sua proposta de organização e controle do ensino pelo governo central. O mesmo Vasconcelos, mais adiante em seu discurso, dissera que a idéia de criação de uma instituição padrão visava também colaborar para o aumento da qualidade no ensino particular, ainda baseado nas aulas avulsas, uma vez que, criado o padrão, o modelo estava lançado para ser seguido (HAIDAR, 1972: 98-99).

2) O futuro dos Bacharéis em Ciências e Letras: “burocracia, vocação de todos”.

Antes de ser a instituição modelo para o ensino secundário, a criação do Colégio Pedro II tinha a intenção maior de preencher a lacuna para formação da “mocidade” da época, possibilitando aos filhos de grandes

¹ Ver site MULTIRIO. As informações no mesmo são de responsabilidade do prof. Ilmar Rohloff de Mattos com outros autores.

5

fazendeiros, políticos e funcionários imperiais formação suficiente para garantir-lhes acesso aos estudos superiores, espaço onde seria completada a sua formação. Vale lembrar que o diploma conferido pelo Colégio Pedro II, de Bacharel em Ciências e Letras, era suficiente para que seus alunos ingressassem numa das recém criadas Faculdades do Império: de Direito preferencialmente, ou de Medicina. Vejamos a tabela a seguir, que nos mostra a ocupação futura dos Bacharéis formados no Colégio entre os anos de 1850 e 1852.

OCUPAÇÃO FUTURA DOS ALUNOS DO COLÉGIO PEDRO II (1850-1852)

<i>OCUPAÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>%</i>
Alta burocracia (Ministro, deputado, senador, presidente de província, conselheiro)	14	39%
Burocracia “média” (diretor / chefe, inspetores, desembargador)	5	14%
Professores	4	11%
Advogados	5	14%
Médico	5	14%
Outros	3	8%
TOTAL	36	100%

Fonte: Os Bacharéis em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Comp., 1897. NUDOM-CPII.²

Através da análise da tabela vemos que, desse total de alunos formados, 53% tiveram ocupação dentro dos quadros da burocracia Imperial, nas funções de Ministro, parlamentares, diretores de instituições, entre outros. Se somarmos a esse total os professores, que eram tidos em última análise como “os dirigentes mais distantes” (MATTOS, 1987: 267), teremos um total de 64% de formados com posições dentro dos quadros oficiais. Apenas para

² No período analisado 53 alunos do colégio receberam o grau de bacharel; temos informações de 36 deles.

6

esclarecer, a categoria “outros” inclui dois comerciantes e um fazendeiro, também membros da assim chamada “boa sociedade”.

É importante aqui fazermos outras considerações. Segundo José Murilo de Carvalho, toda ocupação de nível superior era privilegiada. Neste sentido, grande parte desta elite burocrática era formada por bacharéis em direito, principalmente entre os deputados. Já entre os Senadores, por terem cargo vitalício, havia um número maior de pessoas sem nível superior. Entretanto, o simples fato destes magistrados serem funcionários públicos e dependerem financeiramente do Estado os fazia votar a favor do mesmo na formulação e execução de reformas. Enquanto o Estado Imperial conseguiu manter funcionários públicos como parte da elite dirigente do país, obteve êxito na construção e consolidação de seu poder (CARVALHO, 2003: 96-116).

A proposta de criação da Inspeção de Instrução Pública em 1850 é uma face do controle desejado pelo governo imperial sobre os estabelecimentos de ensino. Desde a elaboração das primeiras leis sobre o ensino no Brasil que a questão da fiscalização escolar fora levantada. Através de decretos, o governo imperial procurava formas de controlar mais de perto a instrução. Por isso, já na legislatura de 1846 discutiam-se meios de controlar melhor o ensino, com vistas também a aumentar sua qualidade. Proposta da Comissão de Instrução Pública da Câmara sugeria condições para exercício do magistério e abertura de escolas, além de já sugerir a criação de um conselho para fiscalizar o ensino e também a criação de uma espécie de Liceu Nacional, com programas também de nível secundário (HAIDAR, 1972: 104).

A ampliação no número de alunos, escolas e principalmente de problemas tornava necessária a criação de uma pasta governamental própria para a regulamentação do ensino. Couto Ferraz, seguindo o modelo francês, propõe em 1850, dentre outras reformas no sistema educacional, a criação desta nova pasta que desta forma pudesse controlar melhor o ensino, uma vez que atribuía tarefas específicas ao seu coordenador, o inspetor-geral (MATTOS, 1987: 272).

A Inspeção Geral de Instrução Pública Primária e Secundária do município da Corte foi oficialmente criada em 1854. Após nova legislação sobre instrução pública, de 17 de Fevereiro de 1854 (a chamada lei Couto Ferraz), o cargo de inspetor passou a ser único, não podendo o titular exercer outra função. Sua nomeação dependia de decreto imperial. Aos seus representantes, membros de um Conselho Diretor, deveriam ser enviados relatórios anuais sobre o cotidiano escolar dos colégios (Série Educação – Gabinete do Ministro, IE1-253 +- 1850-1890). O mesmo conselho deveria “examinar e comparar os métodos e sistemas práticos de ensino, rever e propor os compêndios, indicar da necessidade de se criarem novas escolas no município e aulas no Colégio Pedro II” (MATTOS, 2000: 39). Este conselho seria composto pelo Inspetor geral, pelo Reitor do Colégio Pedro II, por dois professores públicos e um particular (primário ou secundário), e mais dois membros nomeados pelo governo anualmente. Dentre suas principais funções destacavam-se o exame dos métodos de ensino a serem utilizados, a revisão dos compêndios, a criação de novas cadeiras e o sistema de exames (Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854: 49).

Os resultados da reforma fizeram-se sentir na década de 1860, mas não de forma igual em todo Império. Na verdade, estes resultados se limitaram ao município da Corte, uma vez que nas províncias ainda vigorava o sistema de basear o ensino secundário nos programas dos exames para as faculdades, reduzindo-o a uma espécie de preparatório. Estudaremos mais profundamente os resultados deste controle escolar no sub-item seguinte.

3) Médicos em nome da ordem: medicina higienista e civilização na segunda metade do século XIX.

Tendo em mente os dados da tabela anterior, onde destacamos o futuro profissional dos alunos egressos do Colégio Pedro II entre os anos de 1850 e

8

de 1852, comparemos esses dados com outros da tabela a seguir, com recorte mais abrangente, analisando o futuro dos egressos entre 1850 e 1869:

**OCUPAÇÃO FUTURA DOS ALUNOS DO COLÉGIO PEDRO II
(1850-1869)**

<i>OCUPAÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>%</i>
Alta burocracia (Ministro, deputado, senador, presidente de província, conselheiro)	52	29%
Burocracia “média” (diretor / chefe, inspetores, desembargador)	31	17%
Professores	31	17%
Advogados	15	8%
Médicos	46	26%
Outros	5	3%
TOTAL	180	100%

Fonte: Os bacharéis em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Comp., 1897. NUDOM-CPII.³

Analisando a formação dos alunos desta década, vemos que pelo menos 46% dos graduados inseriram-se mais tarde na burocracia imperial. Destaquemos o grande número de futuros médicos. Só na década de 1860 formaram-se 32 dos 46 do período recortado (ou seja, 69% do total). Podemos considerar, portanto, que as mudanças inseridas favoreceram principalmente o acesso às faculdades de Medicina.

A medicina social no Brasil surge a partir de uma questão inicial: a cidade. É o pensar sobre a saúde da sociedade que elege a cidade como principal obstáculo à mesma. No novo projeto imperial, uma nova ordem social se fazia necessária e urgente. Se cronistas e viajantes já reparavam há anos na desordem social, agora os médicos higienistas assumem a função de

³ No período em questão graduaram-se no colégio 284 alunos. Temos informação de 180 deles, equivalendo a 63% dos formados no período.

civilizar a sociedade, enquanto novos agentes da ordem não apenas física, mas principalmente moral.

A prática médica passava em fins do século XVIII e início do XIX por grandes transformações: a principal delas era que a medicina se tornava social; a intervenção médica passa a não se limitar apenas a curar o paciente, mas principalmente a evitar o aparecimento das doenças. O foco da medicina deixa de ser a doença e passa a ser a saúde, visando à prevenção do paciente (MACHADO [et.al], 1978: 248). Neste sentido, a medicina passa a dialogar com outras formas de conhecimento, da estatística à filosofia, fazendo com que ela se tornasse “a vanguarda da civilização, (que) despiu a linguagem, as formas e os costumes do passado” (Sigaud Apud MACHADO, 1978: 251).

Civilizar: a nova função da medicina social. E, uma vez que civilizar é também o projeto do Estado,

“o momento em que o Estado se encarrega de maneira positiva da saúde dos cidadãos (grifo meu) é o mesmo em que a sociedade como um todo aparece como passível de uma regulamentação médica. E regularizar a organização e o funcionamento sociais do ponto de vista sanitário exige que a medicina se obrigue não apenas a tratar o indivíduo doente, mas fundamentalmente a supervisionar a saúde da população, não só a visar ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado” (MACHADO, 1978: 253).

Medicina como função política, que age em nome do Estado e de um futuro onde a ordem será a norma. Como destacado, os cidadãos terão sua saúde cuidada pelo Estado; mas se no Brasil imperial boa parte da população era de escravos (logo, não cidadãos) e pessoas livres porém pobres, cidadania efetiva só possuíam os membros da chamada “boa sociedade”. O restante da população apenas assistia, assustada, as intervenções da medicina social e política na sociedade e em suas vidas.

Nossa pesquisa parte também dessa questão: quais as identidades formadas entre esses médicos, alguns deles ex-alunos do Colégio Pedro II, e o novo projeto do governo imperial pós-consolidação: civilizar o país.

10

Pretendemos dar continuidade à análise dos dados agora no curso de mestrado, analisando mais intensamente não apenas o futuro dos egressos do Colégio Pedro II após a Reforma Couto Ferraz, mas também o novo papel da medicina social dentro do contexto por nós discutido.

4) Considerações finais.

“Burocracia, vocação de todos”. Pelo menos no que se refere ao ensino secundário durante o Império, a assertiva é verdadeira, deixando entrever também as possíveis identidades construídas entre os bacharéis formados, no nosso caso de estudos, pelo Colégio Pedro II, e o governo imperial. Alguns desses bacharéis não ingressavam, todavia, diretamente em funções burocráticas sem antes passar pelas faculdades do Império.

O ensino primário, com o Ato Adicional de 1834, foi deixado sob a responsabilidade das províncias, mas o ensino secundário tinha um padrão nacional a ser seguido: o Colégio Pedro II, “guia de civilidade” para ser copiado pelas instituições congêneres nas províncias após sua criação em 1837. Com ensino fortemente humanista e com acesso limitado aos filhos da “boa sociedade”, o perfil de seu alunado acaba reproduzindo também as hierarquias existentes na sociedade imperial escravista.

Formar-se-iam no ensino secundário os novos “cidadãos ativos” da sociedade. Cidadãos que, dentro do governo, tinham ainda maiores privilégios. Do colégio Pedro II saem parte dos futuros burocratas imperiais, que dentro do governo passam a compartilhar os mesmos projetos oficiais em nome da ordem política.

Enquanto bacharéis são formados no Colégio Pedro II, a “boa sociedade” se vê reproduzida através da formação humanista recebida por seus filhos. Enquanto bacharéis, o acesso desses filhos da “boa sociedade” é facilitado à burocracia imperial. Enquanto médicos, todavia, uma lacuna fica em aberto: estariam esses profissionais ligados direta ou indiretamente a

11

burocracia imperial, uma vez que ambos possuem projetos em comum? Pretendemos investigar essa questão, partindo do aumento no número de alunos formados no Colégio Pedro II na década de 1860 que viriam a ser, em breve, médicos.

5) Referências bibliográficas.

Fontes manuscritas.

Arquivo Nacional:

Série Educação – Gabinete do Ministro, IE1-253 +- 1850-1890.

Série Educação – Ensino Secundário, IE4-34, 1852. Projeto de reforma dos Estatutos da parte científica do Colégio Pedro II, e reforma do ensino primário particular.

Coleção das Leis do Império do Brasil, 1854, Decreto Nº 1331 A – de 17 de Fevereiro de 1854.

Núcleo de Documentação e memória – Colégio Pedro II:

Os Bacharéis em Letras pelo Imperial Collégio de Pedro II e Gymnásio Nacional. Publicação organizada por alguns Bacharéis em letras. RJ: Typografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Comp., 1897.

Anuário do Collegio Pedro II, 1º anno, Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1914.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial / Teatro de Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

12

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Editora da USP / Editorial Grijalbo, 1972.

Machado, Roberto [et al.]. **Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

Mattos, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec / Instituto Nacional do Livro, 1987.

_____. [et. al.]. A criação do Colégio Pedro II. In MULTIRIO: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/criacao_pedroii.html
Acesso em 03 de Junho de 2008.

Mattos, Selma Rinaldi de. **O Brasil em Lições: A História como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo**. Rio de Janeiro: Access, 2000.